

1 **ATA DA 51ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 03/07/2021.**
3

4 Aos três dias do mês de julho de dois mil e vinte e um, com início às 09h, realizou-se,
5 presencial e online, a 51ª Reunião Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de
6 Psicologia - 4ª Região (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson
7 Nazareno Matos; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Elza Maria Gonçalves Lobosque; Evely
8 Najjar Capdeville; Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes Aparecida Machado; Luiz Felipe
9 Viana Cardoso; Paula Lins Khoury; Reinaldo da Silva Júnior; Renata Ferreira Jardim de
10 Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida; Suellen Ananda Fraga; Ted Nobre Evangelista
11 e Yghor Queiroz Gomes e os **Conselheiros Suplentes:** Bruna Rocha Diniz de Almeida;
12 Camila Bahia Leite; Cristiane Santos de Souza Nogueira; Jéssica Gabriella de Souza
13 Isabel; João Henrique Borges Bento, Liliane Cristina Martins; Luís Henrique de Souza
14 Cunha e Rodrigo Padrini Monteiro. **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi verificado o
15 quórum das(os) Conselheiras(os) Efetivas(os) presentes, totalizando 14, tendo o Plenário
16 elevado à condição de Conselheiro efetivo Luis Henrique de Souza Cunha. **Justificativas**
17 **de ausência:** Larissa Amorim Borges; Marleide Marques de Castro; Thiago Ribeiro de
18 Freitas e Walter Melo Júnior, justificaram ausência. **Assuntos tratados:** **COF:** A
19 Conselheira Cláudia Espósito apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Impressão do
20 guia profissional: A Conselheira Cláudia Espósito apresentou a situação do guia
21 profissional a COF tomou ciência da deliberação da diretoria pela suspensão da impressão
22 do Guia do Exercício Profissional e solicita a abertura de um novo processo para viabilizar
23 a impressão da tiragem anteriormente prevista. Justificou que é um material orientativo
24 exclusivo e único de publicação da COF que tem o objetivo levar informações sobre a
25 função precípua do CRPMG e de forma mais acessível à categoria; é a principal publicação
26 institucional regional e representará também a única versão do Código de ética impressa;
27 considera o guia um material de referência profissional e necessário a qualquer psicóloga.
28 Sua versão de bolso impressa pode ser levada a qualquer lugar para uma rápida consulta,
29 não dependendo de internet ou dispositivo móvel. Além disso, a COF tem recebido
30 diversas demandas da categoria de psicólogas que solicitam o Guia atualizado e impresso,
31 sendo um material que foi atualizado e pensado para facilitar o acesso às principais
32 orientações específicas por área de atuação, e possibilita ao profissional identificar
33 facilmente sua subsede de referência. Nas reuniões de entrega de carteira a COF tem
34 recebido várias solicitações de acesso a um material impresso mais permanente e de fácil
35 consulta sobre as questões éticas e técnicas e todas estão contempladas no guia e tem a
36 demanda de mais de 5.000 novas(os) inscritas(os) que estão solicitando o recebimento da
37 carteira profissional, alguns solicitam receber um material informativo sobre o
38 funcionamento do CRP e as orientações básicas para o exercício da psicologia. Os novos
39 inscritos podem receber um exemplar do guia junto ao recebimento da carteira profissional.
40 Entende ainda que o conteúdo do guia atualizado está riquíssimo e diferenciado, resultado
41 de um trabalho técnico extenso e muito cuidadoso, o que justifica ter sua versão impressa,
42 mesmo considerando que a expectativa era de uma versão mais robusta na sua
43 apresentação e diagramação, embora isso não comprometa o compartilhamento e
44 aproveitamento das orientações nele disponibilizadas. Inclusive para utilização no dia da
45 entrega da carteira. Por fim a Conselheira Cláudia Espósito elucidou que é o único material
46 produzido pela COF. A Conselheira Lourdes avaliou que a revisão do guia é fundamental
47 por causa das novas Resoluções. Manifestou-se de acordo com a impressão do guia
48 profissional. A Conselheira Cláudia Espósito reforçou que a revisão foi muito bem-feita e
49 avaliou que o conteúdo está muito bem elaborado e considerou fundamental a sua
50 impressão. A Conselheira Bruna Rocha analisou que o guia é um material de apoio.
51 Ponderou que já tem muito conteúdo na internet e o profissional acaba se perdendo neste
52 quantitativo de informações. A Conselheira Suellen Fraga ressaltou a necessidade de um
53 plano de distribuição do material. A Diretoria havia recebido a informação de que o texto
54 não estava ainda aprovado e colocou a importância de uma revisão antes do material ser

55 impresso. O Conselheiro Luis Henrique informou que já estão ocorrendo as entregas de
56 carteira. O Conselheiro Reinaldo Júnior propôs a impressão na forma de fichário para
57 incluir as atualizações de Resoluções. A Conselheira Cláudia Espósito reforçou que o texto
58 está bem elaborado e manteve a proposta da publicação. Caso seja possível a forma de
59 fichário concorda com a proposta. O Conselheiro Luiz Felipe defendeu que o guia é
60 importante ser impresso, se houver um excedente, este pode ser distribuído em
61 instituições. A Conselheira Lourdes Machado concordou com a importância de ter o guia
62 impresso como uma marca da gestão. A Conselheira Elza Lobosque propôs manter o
63 material atualizado sempre atualizado. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 18 votos
64 favoráveis e 1 abstenção a impressão do guia profissional em um novo processo licitatório.
65 Aprovou ainda a revisão do material, antes de sua impressão. 2) Solicitação de
66 posicionamento do CRP em relação às falas do Pe. Chrystian Shankar: A Conselheira
67 Cláudia Espósito informou que o Sindicato dos Professores emitiu uma nota em relação às
68 falas do Pe. Chrystian Shankar e a COF vem recebendo cobrança da categoria a respeito do
69 posicionamento do CRP-MG. Colocou ao plenário para verificar como será feito esse
70 posicionamento. O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que a demanda chegou nas
71 Comissões CLEROT, Psicologia Escolar e Educacional e de Gênero e Diversidade Sexual
72 da Subsede Centro-Oeste e foi elaborada uma Nota de 3 páginas com reflexão sobre
73 questões como religião, sexualidade e ensino. Além da divulgação do texto sugeriu pensar
74 em outras formas de divulgação. A Conselheira Cláudia Espósito sugeriu analisar como é
75 feito o trabalho da(o) psicóloga(o) para que estes tipos de ataque sejam reduzidos. O
76 Conselheiro João Henrique informou que solicitou à Diretoria um parecer do setor jurídico
77 para verificar a possibilidade de entrar com ação contra o Pe. Chrystian Shankar, uma vez
78 que a homofobia no Brasil é considerada crime. O Conselheiro Luis Felipe e a Conselheira
79 Cláudia Espósito concordaram com a possibilidade de ação civil pública contra o Pe.
80 Chrystian. A Conselheira Lourdes reforçou que se for feita a ação civil pública pode coibir
81 estes tipos de posições. O Conselheiro Reinaldo Júnior fez a leitura da Nota proposta e
82 colocou para aprovação do Plenário. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu que a Nota
83 seja do CRP-MG e não da Subsede Centro Oeste para demonstrar algo institucional. A
84 Conselheira Cristiane Nogueira colocou que foi criada uma escola de cunho católico na
85 cidade, que está reforçando a posição do Pe. Christian Shankar. Este tipo de
86 posicionamento está sendo legitimado no município. Concordou com a estratégia de entrar
87 com a ação. O Conselheiro Luis Henrique reforçou que é muito importante tomar outras
88 medidas que não sejam somente notas de posicionamento. Caso tenha um parecer do
89 jurídico favorável, concorda em entrar com ações em casos como este apresentado. A
90 Conselheira Jéssica Souza propôs um vídeo sobre a identidade de gênero e outras
91 questões correlatas para apresentar à categoria quando tiverem estes tipos de
92 questionamento. O Conselheiro João Henrique concordou com a proposta da Conselheira
93 Jéssica Souza e acrescentou à proposta, a elaboração de um vídeo de divulgação da Nota
94 Técnica relativa a Resolução 01/1999. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 19 votos
95 favoráveis a publicação da Nota; o pedido de parecer Jurídico e a divulgação de um vídeo
96 orientativo. 3) Consulta CRP-16 sobre as ações realizadas pelo CRP-MG em relação às
97 Residências Multiprofissionais: A Conselheira Cláudia Espósito informou que a COF
98 recebeu uma demanda do CRP-16 questionando se o CRP-04 tem desenvolvido ações em
99 relação às residências multiprofissionais e/ou produzido orientações relacionadas à
100 preceptoria nas residências multiprofissionais. Relatou que foi feita uma busca nas
101 demandas recebidas pelo Setor de Orientação e Fiscalização, bem como nos materiais
102 produzidos por este Conselho, e não foi encontrado nenhum documento que vai ao
103 encontro da demanda apresentada. Nesse sentido, a COF interroga ao Plenário, sobretudo
104 aos membros da Comissão de Psicologia Hospitalar, se são recebidas demandas e/ou
105 feitas discussões sobre estas temáticas. Em relação à preceptoria, a COF tem recebido
106 questionamentos quanto a preceptoria em serviço de saúde e vem orientando dentro
107 daquilo que se tem de regulamentação sobre supervisão de estágios (CEPP e Resolução
108 CFP Nº 07/2003) e na Lei de Estágio. Contudo, nas últimas demandas a COF vem sendo

109 questionada quanto ao posicionamento técnico/político do CRP frente a Portaria
110 Interministerial nº 1127, de 04 de agosto de 2015 que “institui as diretrizes para a
111 celebração dos Contratos Organizativos de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES). Os
112 COAPES tem como objetivo o fortalecimento da integração entre ensino, serviços e
113 comunidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)”. A portaria visa incentivar que
114 os preceptores sejam profissionais do próprio serviço e que ocorra uma gestão da carga
115 horária como uma das medidas de incentivo a essas profissionais da rede. No entanto, as
116 psicólogas/preceptoras, por não existir uma regulamentação específica da psicologia como
117 tem da Medicina, tem realizado a preceptoria em serviço fora da carga horária para as
118 quais estão contratadas na saúde pública. Nesse sentido, as psicólogas têm solicitado um
119 posicionamento político do CRP em relação a este ponto, pois os médicos têm feito dentro
120 da carga horária por terem regulamentação específica e a preceptoria ser entendida como
121 uma atividade profissional. A Conselheira Cláudia Espósito destacou ainda, que apesar da
122 carga horária ser uma questão de ordem trabalhista, que diz respeito ao Sindicato, esse
123 ponto também traz à tona a discussão quanto à valorização da profissão e a qualificação
124 da formação em psicologia. A COF compreende que seria importante a participação nessa
125 discussão da Comissão de Orientação em Psicologia e Formação Profissional, bem como
126 das comissões que discorrem sobre questões relacionadas à “saúde”, tendo em vista que
127 as residências multiprofissionais e as preceptorias em saúde se estruturam dentro da rede
128 de atenção à saúde do SUS e essas questões terão impactos tanto na formação quanto no
129 exercício das profissionais psicólogas/preceptoras que atuam no SUS. Nesse sentido, o
130 Plenário deve verificar se para essa demanda seria pertinente emitir algum posicionamento
131 político e/ou, até mesmo, a proposição de uma regulamentação específica sobre
132 supervisão/preceptoria, tendo em vista que o Sistema Conselhos não possui diretrizes
133 específicas sobre essa questão, além do disposto no Código de Ética e na Resolução CFP
134 Nº 03/2007. A Conselheira Evely Capdeville ressaltou que o profissional do SUS não tem a
135 prerrogativa de não querer ser preceptor de outros profissionais, porque o SUS tem esse
136 caráter formativo. Defendeu a regulamentação pelo Sistema Conselhos. O Conselheiro
137 Luiz Felipe propôs elaborar uma Resolução. A Conselheira Camila Bahia reforçou que as
138 Residências demandarão mais dos profissionais e com a pandemia o trabalho no campo
139 está sendo prejudicado. Avaliou que vem chegando questionamentos, inclusive éticos. A
140 Conselheira Evely Capdeville propôs discutir no GT dos Estágios em Pós-graduação, e
141 acrescentar mais um representante do Plenário. O Conselheiro Anderson Matos reforçou
142 que o CFP quem deverá fazer a Resolução. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 21
143 votos favoráveis a discussão das residências multiprofissionais no GT Estágios em Pós-
144 graduação, composto pelas(os) Conselheiras(os) Fabrício Ribeiro, Evely Capdeville e
145 Cláudia Espósito. **CDH:** O Conselheiro Reinaldo Júnior apresentou os seguintes pontos de
146 pauta: 1) Coordenação da CDH: O Conselheiro Rodrigo Padrini apresentou a sua
147 indisponibilidade em continuar na coordenação conjunta da CDH e pediu a indicação de
148 Conselheira(o) para assumir em seu lugar. O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que foi
149 aprovado na última Plenária a composição da CDH com representantes das demais
150 Comissões. Foi encaminhado ao Conselheiro Luiz Felipe para receber a indicação dos
151 representantes das Comissões. O Conselheiro Luiz Felipe informou que o setor está ciente
152 e dando as providências necessárias e colocou o seu nome à disposição para compor a
153 CDH neste momento. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a indicação do Conselheiro
154 Luiz Felipe na coordenação conjunta da CDH. 2) Demanda de parceria com ONG
155 CCDH/Betim: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que a ONG CCDH de Betim, tem
156 uma rádio comunitária Rádio Vitória e ofereceu espaço em um programa chamado “Voz e
157 Cidadania” que acontece todo domingo. Pensou na participação do CRP-MG mensalmente
158 e colocou para avaliação da contrapartida financeira pelo CRP-MG. Sugeriu solicitar
159 parecer jurídico. A Conselheira Elza Lobosque sugeriu chamar a Comissão de
160 Comunicação para avaliar a viabilidade da parceria com a Rádio Comunitária. 3) Demanda
161 do CFP: O Conselheiro Reinaldo Júnior informou que levantamento dos dados, desde a
162 publicação da Resolução Nº 018/2002, da participação de psicólogas negras no Sistema

163 Conselhos, como Conselheira, membro de Comissões, entre outras representações
164 institucionais para compor a linha do tempo proposta pela CDH Nacional foi realizada e
165 enviada ao CFP. As informações foram levantadas pela bibliotecária Niúra e a Gerente de
166 Comunicação Nathalia Monteiro. Comissão da Retomada: O Conselheiro João Henrique
167 informou que na última plenária foi pensada medidas de biossegurança tanto para a
168 retomada das atividades políticas tanto das(os) empregadas(os). Explicou que o
169 epidemiologista Unai Tupinambá trouxe uma série de respostas aos questionamentos
170 propostos. Entre eles: 1) não há a necessidade da testagem, porque o resultado não é
171 confiável; 2) não é recomendado disponibilizar uma mesa de lanche nas reuniões, por este
172 motivo foi disponibilizado nesta Plenária apenas o café; 3) uso de álcool em gel em
173 borrifador individualizado para higienização das mãos; 4) máscaras N95 o epidemiologista
174 relatou a importância do uso de uma máscara cirúrgica juntamente com a máscara de
175 tecido. A aquisição das máscaras de tecido com a logo do CRP-MG e máscara cirúrgica
176 deverá ser para uso apenas das(os) empregadas(os) públicas(os) e de Conselheiras(os). O
177 Conselheiro João Henrique informou que os atendimentos presenciais e a entrega das
178 carteiras profissionais já estão acontecendo com o distanciamento social. Sugeriu a
179 retomada das atividades políticas por parte de colaboradoras(es), Conselheiras(os) e
180 Coordenadoras(es) inclusive em representações presenciais. A decisão deve ser avaliada
181 criticamente pela(o) Conselheira(o), colaboradora(or) antes de se definir pela
182 representação. Sugeriu também a retomada das fiscalizações pelas Psicólogas Fiscais. A
183 Conselheira Lourdes Machado reforçou a fala do epidemiologista Unai Tupinambá que é
184 uma referência na área. Ressaltou que as doses da vacina AstraZeneca tem eficácia de
185 74%. No momento estão circulando no Brasil a variante delta, que é 50% mais
186 transmissível e as variantes alfa e gama mais transmissíveis que o Sars-CoV2. A
187 orientação é não viajar e caso tenha que fazer que seja de carro. Usar a máscara de tecido
188 por cima da máscara cirúrgica, utilizar medidor de CO2 em ambientes fechados; ar
189 condicionado na função ventilador e utilizar espaços abertos para a entrega de carteira.
190 Não utilizar luvas e gorro. Não há indicação para exames de sorologia. Há uma tendência
191 de queda dos números de transmissão em Setembro a Outubro/2021 quando chegar a 60
192 a 70% da população imunizada. O suporte de acrílico também vem sendo questionado. A
193 Conselheira Cristiane Nogueira informou que a entrevista com o Unai foi gravada e caso
194 a(o) Conselheira(o) queira ver está disponível. Indagou se a Comissão da Retomada
195 poderia ter poder de decisão e se transformar em Comitê da Retomada para que as
196 decisões possam ser tomadas com maior agilidade. A Conselheira Elza Lobosque reforçou
197 a fala da Conselheira Cristiane Nogueira pela transformação da Comissão em Comitê.
198 Relatou que muitas psicólogas fiscais ainda não foram vacinadas e a Assessora de Gestão
199 de Pessoas Taimara Spinelli fará o levantamento. As(os) Conselheiras(os) que irão para
200 Plenária de avião e ônibus deverão avaliar se deveriam participar online, para garantir a
201 segurança da(o) própria(o) Conselheira(o). A Conselheira Jéssica Souza propôs que o
202 vídeo seja visto pelas(os) empregadas(os) públicas(os) para dar o mesmo conforto que
203 está sendo dado a partir das informações trazidas pelo Dr. Unai. Sugeriu a ampliação
204 tecnológica para a retomada, avaliando a resposta mais rápida à categoria. A Conselheira
205 Elza Lobosque concordou com a fala da Conselheira Jéssica Souza e propôs a compra do
206 microfone tanto para a Sede quanto a Subsede, inclusive com melhorias da internet. A
207 Conselheira Evely Capdeville informou que o CRP-MG fez a aquisição de notebooks para a
208 Sede e Subsedes e foi atendido as demandas das(os) empregadas(os) neste sentido. A
209 Conselheira Suellen Fraga indagou que a demanda da internet está chegando para o TI. A
210 Conselheira Elza Lobosque perguntou se foi dado encaminhamento de licitação para
211 atender a internet nas Subsedes. A Conselheira Evely Capdeville lembrou que a Resolução
212 Nº 04/2020 normatiza tudo sobre as Comissões. As comissões servem para subsidiar as
213 deliberações pela Plenário. O único Comitê que existe no CRP-MG é o Comitê Gestor do
214 Planejamento Estratégico, que é para monitoramento do planejamento e não tem poder de
215 deliberação. Neste sentido propôs manter como Comissão. O Conselheiro João Henrique
216 explicou que se tivessem os 20 microfones teriam que ter 20 canais em uma mesa de som,

217 por esse motivo a estrutura da plataforma zoom foi alugada e a partir da experiência propôs
218 a compra dos equipamentos pelo CRP-MG. O Conselheiro Luiz Henrique concordou que as
219 instâncias deliberativas são o Plenário e a Diretoria. Informou que a Comissão da
220 Retomada está pensando a retomada das atividades de forma responsável e segura. O
221 Conselheiro João Henrique informou que a Gerente Mônica Campos, o Assessor de Apoio
222 a Gestão Wagner Viana e o Gerente de Informática Rodrigo Ramos, juntamente com os
223 Conselheiros Reinaldo Júnior, João Henrique e Luis Henrique visitaram um espaço na Av.
224 Afonso Pena, no mesmo prédio que já foi o CRA-MG. As salas contam com estrutura
225 semelhante à da Associação Médica e com uma diferença de preço de 50% a menor.
226 Avaliou que o estacionamento não é fácil, mas fica próximo ao CRP-MG. A janela fica de
227 frente para o parque municipal. Avaliou que é um espaço que atenderia. São
228 disponibilizados café e jarra de água na sala. O local conta com infraestrutura de internet.
229 Avaliou que possivelmente será necessário fazer um processo licitatório em 2022 para
230 locação de espaço. Sobre a questão do siga-me na telefonia, o Conselheiro João Henrique
231 informou que é pago pela transferência e pelo tempo de ligação. Foi pensado adequar as
232 linhas de celular e disponibilizar para às(aos) empregadas(os), principalmente para os
233 atendimentos da subsede. Para este fim será necessário 16 linhas telefônicas e aparelhos
234 (1 para o psicólogo fiscal e 1 para o assistente administrativo), para ter um atendimento
235 regular em horário de trabalho. O Conselheiro Yghor Gomes informou que a licitação de
236 telefonia e internet do CRP-MG não está adequada. Tem 5 anos que o plano está
237 contratado e é necessário fazer a revisão na licitação. Em especial para atender as
238 subsedes. A Conselheira Evely Capdeville informou que o CRP-MG fez adesão a ata
239 pública do Ministério da Economia para contratação de telefonia móvel e dados. O
240 Conselheiro Reinaldo Júnior ponderou em relação a retomada das reuniões de comissões
241 que seja feito presencial somente nas Subsedes, por não ter espaço na Sede para
242 realização de várias Comissões ao mesmo tempo. A Conselheira Lourdes Machado
243 reforçou a fala do Conselheiro Reinaldo Júnior e avaliou que não é momento de retomada
244 das Comissões pela responsabilização do CRP-MG pela segurança dos participantes. O
245 Conselheiro Luis Henrique entende que é possível a realização das comissões de maneira
246 híbrida, respeitando o distanciamento social e as normas sanitárias. A Conselheira Jéssica
247 Souza sugeriu que a Comissão que tiver condições de se reunir de maneira presencial que
248 possa realizar, respeitando as normas sanitárias e de distanciamento. A Conselheira Elza
249 Lobosque sugeriu mandar um questionário perguntando se há uma intenção de retomada
250 presencial das atividades das Comissões. O Conselheiro Luiz Felipe propôs avaliar qual é
251 a realidade de cada Subsede para abertura de reuniões de acordo com o quantitativo
252 possível. As Comissões menores e que caibam no espaço do CRP-MG poderiam
253 acontecer. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o seguinte: 1) por 15 votos favoráveis e 3
254 contrários a retomada das atividades administrativas (retomada das entregas da carteira,
255 das fiscalizações, atendimento por linhas telefônicas). Manter o que puder ser feito em
256 casa. Posteriormente será pensado o fluxo de cada setor para retomada com revezamento;
257 2) por 18 votos favoráveis a aquisição de som e câmera pela plataforma zoom, máscaras
258 com a logo do CRP-MG e máscaras cirúrgicas para Conselheiras(os) e empregadas(os)
259 públicas(os); 3) por 18 votos favoráveis a retomada das atividades políticas
260 (representações de Conselheiras/os, Colaboradoras/es e Coordenadoras/es de
261 Comissões); 4) por 18 votos favoráveis a realização de levantamento junto aos
262 administrativos das Subsedes e Conselheiras(os) de Referência para modernização de
263 tecnologia da informação nas subsedes. 5) por 18 votos favoráveis a avaliação de espaços
264 físicos para a realização das próximas Plenárias pela Comissão de Retomada juntamente
265 com os setores competentes; 6) por 18 votos favoráveis a retomada das reuniões de
266 Comissões Temáticas inicialmente nas Subsedes, sem a necessidade de aluguel de
267 espaço e em acordo com as normas sanitárias e de distanciamento. Ofício MPF/PRMG
268 Nº3761/2021: A Conselheira Lourdes Machado informou que o Secretário Nacional de
269 Cuidado e Prevenção às Drogas Cordeiro respondeu no final do ano Ofício do Ministério
270 Público Federal relativos a um Inquérito Civil sobre suposta irregularidade do Edital

271 SENAD. O Ministério Público Federal enviou Ofício MPF/PRMG Nº3761/2021 ao CRP
272 dando conhecimento do teor do Ofício Nº 355/2020/SEDS/SENAPRED/MC e solicitando
273 resposta no prazo de 15 dias. A Conselheira Lourdes Machado propôs debruçar sobre o
274 texto e elaborar uma resposta ao Ministério Público. O Conselheiro Anderson Matos
275 colocou que a resposta do Secretário Quirino Cordeiro está baseada nas novas resoluções
276 ligadas à Saúde Mental. A Conselheira Jéssica Souza propôs que o GT Comunidade
277 Terapêutica ofereça denúncia ao Conselho Municipal de Direitos Humanos. A Conselheira
278 Lourdes Machado solicitou reunião de urgência da Comissão Saúde Mental, Álcool e outras
279 drogas e da Comissão de Orientação em Psicologia e Tratamento com Cannabis
280 Terapêutica para formular a resposta respeitando o prazo de resposta de 15 dias a partir do
281 recebimento do Ofício. O Conselheiro João Henrique ressaltou que deve ser feita uma
282 justificativa bem embasada em relação a resposta feita pela Secretaria Nacional de Cuidado e
283 Prevenção às Drogas. Para tanto propôs pensar não somente na questão jurídica, mas
284 também na política. O Conselheiro Anderson reforçou que as normas jurídicas atuais estão
285 em desacordo com as normas internacionais e sugeriu avaliar um argumento mais
286 sistematizado. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou o envio do documento com urgência
287 ao Assessor Jurídico Luiz Henrique, e para as(os) Conselheiras(os) Cristiane Nogueira,
288 Anderson Nogueira e Lourdes Machado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a
289 reunião, e eu, Reinaldo da Silva Júnior, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada,
290 será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo Horizonte, 03 de julho de 2021.

